

MOVIMENTOS POPULACIONAIS: UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA IJUÍ

POPULATION MOVEMENTS: A STUDY ON THE POPULATION EVOLUTION OF THE INTERMEDIARY REGION IJUÍ

MOVIMIENTOS DE POBLACIÓN: UN ESTUDIO DE LA EVOLUCIÓN DE LA POBLACIÓN DE LA REGIÓN INTERMEDIA IJUÍ

José Valdemir Muenchen¹
Nelson José Thesing²
Pedro Luís Büttendender³
David Basso⁴

RESUMO

A pesquisa apresenta movimentos populacionais no Brasil no período de 1940 a 2019, nas cinco grandes regiões, com destaque para a Região Intermediária Ijuí, que é uma das oito regiões intermediárias do estado do Rio Grande do Sul e uma das 134 regiões intermediárias do Brasil, criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017. A Região Intermediária de Ijuí é constituída pelas regiões imediatas Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Santo Ângelo, Três de Maio e Três Passos. A pesquisa se fundamenta pelo caminho teórico-metodológico que analisa os movimentos populacionais, ao interpretar os dados estatísticos secundários, conta com estudos quali-quantitativos, estratégias de métodos mistos, o que auxiliou na conquista dos resultados, na compreensão da construção espacial, que se deu pela busca de emprego e renda, de segurança. Significa, compreender o movimento populacional na Região Intermediária Ijuí, pelos fluxos de pessoas, pelo processo de modernização da agricultura, pela urbanização, com a definição de polos regionais, pela concentração de atividades econômicas e um conjunto de políticas públicas que privilegiaram a espacialidade, concentrando atividades produtivas, emprego e renda como os principais elementos indutores dos movimentos. Em resultado, a Região Intermediária de Ijuí, apresenta um fluxo de residentes em direção ao município regional de maior população urbana e com mais alternativas de emprego e de renda. A análise permite inferir que espaços geográficos mais pobres, com problemas climáticos e dependentes das atividades primárias, principalmente da agricultura

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional/UNIJUI, Mestre em Economia Aplicada – ESALQ/USP, Professor, bolsista PROSUC/CAPES durante o Doutorado. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail - josevaldemirmuenchen@hotmail.com ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-2114-0347>

² Doutor em Integração Regional/UFPEL, Professor do PPGDR/UNIJUI, e integrante do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC), e a Linha de Pesquisas Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território (PPGRD). Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail - nelson.thesing@unijui.edu.br ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-8563-1746>

³ Doutor em Administração, Professor Pesquisador PPGDR/ UNIJUI – Universidade Regional e Estagiário Pós-Doc no PPGDPP/UFS. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq e Pesquisador Gaúcho. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail - pedrolb@unijui.edu.br ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

⁴ Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento/UFRRJ, Professor do PPGDR/UNIJUI. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail - davidbasso@unijui.edu.br ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-4610-9269>

familiar, tendem a perder população para centros maiores e com atividades produtivas mais dinâmicas.

Palavras-chave: Migrações. Urbanização. Pessoas Residentes. Trabalho e Renda.

ABSTRACT

The research presents population movements in Brazil from 1940 to 2019, in the five major regions, with emphasis on the Ijuí Intermediate Region, which is one of the eight intermediate regions of the state of Rio Grande do Sul and one of the 134 intermediate regions of the Brazil, created by the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 2017. The Intermediate Region of Ijuí consists of the immediate regions of Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Santo Ângelo, Três de Maio and Três Passos. The research is based on the theoretical-methodological path that analyzes population movements, when interpreting secondary statistical data, relies on quali-quantitative studies, mixed methods strategies, which helped in achieving the results, in understanding the spatial construction, which was given by the search for employment and income, security. It means understanding the population movement in the Ijuí Intermediate Region, through the flow of people, through the process of modernizing agriculture, through urbanization, through the definition of regional poles, through the concentration of economic activities and a set of public policies that privileged spatiality, concentrating productive activities, employment and income as the main inducing elements of the movements. As a result, the Intermediate Region of Ijuí presents a flow of residents towards the regional municipality with the largest urban population and with more employment and income alternatives. The analysis allows us to infer that poorer geographical spaces, with climatic problems and dependent on primary activities, mainly family farming, tend to lose population to larger centers and with more dynamic productive activities.

Keywords: Migrations. Urbanization. Resident Persons. Work and Income.

RESUMEN

La investigación presenta movimientos de población en Brasil desde 1940 hasta 2019, en las cinco grandes regiones, con énfasis en la Región Intermedia de Ijuí, que es una de las ocho regiones intermedias del estado de Rio Grande do Sul y una de las 134 regiones intermedias de Brasil, creada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística en 2017. La Región Intermedia de Ijuí está formada por las regiones inmediatas de Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Santo Ângelo, Três de Maio y Três Passos. La investigación se sustenta en el camino teórico-metodológico que analiza los movimientos poblacionales, al interpretar datos estadísticos secundarios, se apoya en estudios cuali-cuantitativos, estrategias de métodos mixtos, que ayudaron en el logro de los resultados, en la comprensión de la construcción espacial, que dio la búsqueda de empleo e ingresos, seguridad. Significa comprender el movimiento de población en la Región Intermedia de Ijuí, a través del flujo de personas, a través del proceso de modernización de la agricultura, a través de la urbanización, con la definición de polos regionales, a través de la concentración de actividades económicas y un conjunto de políticas públicas que privilegiaron la espacialidad, concentrando las actividades productivas, el empleo y la renta como principales elementos inductores de los movimientos. Como resultado, la Región Intermedia de Ijuí presenta un flujo de habitantes hacia el municipio regional con mayor población urbana y con más alternativas de empleo y renta. El análisis permite inferir que los espacios geográficos más pobres, con problemas climáticos y

dependientes de actividades primarias, principalmente la agricultura familiar, tienden a perder población hacia centros más grandes y con actividades productivas más dinámicas.

Palabras clave: Migraciones. Urbanización. Personas Residentes. Trabajo e Ingresos.

Como citar este artigo: MUENCHEN, José Valdemir *et al.* Movimentos populacionais: um estudo da evolução da população da região intermediária Ijuí. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 305-323, 25 ago. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4266>

Artigo recebido em: 16/05/2022

Artigo aprovado em: 02/06/2023

Artigo publicado em: 25/08/2023

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos populacionais consistem em migrações, ao longo da história, no interior ou para fora de um território, que são iniciados por diferentes fatores, em diversos contextos históricos, representando o fluxo de pessoas entre as espacialidades, geralmente em busca de melhores condições de vida, de emprego e renda ou em busca de segurança e de paz. No Brasil, algumas regiões são historicamente mais atrativas que outras. O fator econômico é o principal responsável pelos fluxos migratórios, pois o modelo socioeconômico cria espaços privilegiados que atraem a população (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005)

No entender de Oliveira (2006), o Brasil experimentou a fase pré-capitalista, que proporcionou o deslocamento de mão de obra, não assalariada, especialmente a escrava. Em um segundo momento, no período capitalista, se manifestaram as diversas transformações nos modelos de acumulação do capital, suas crises e revigoração. Essas experiências contribuíram na organização e constituição de novos espaços, incremento demográfico, miscigenação, diversificação cultural e consolidação do território.

Significa, ter presente os movimentos migratórios, que historicamente iniciaram do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades se constituíam em alternativas para as atividades econômicas. Mas, o destino fundamental dos migrantes que abandonaram os grandes reservatórios de mão de obra foram as grandes cidades, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos (BRITO, 2007). Estudos recentes aportam contribuições importantes sobre os movimentos populacionais, na esfera internacional e fluxos migratórios e desigualdades urbanas e rurais abordado por Marzulo, Heck e Filippi (2020), as migrações Sul-Sul organizados em coletânea por Baeninger *et al* (2018), migrações de e para regiões metropolitanas abordado por Justo (2015), a transição demográfica no RS por Marion Filho e Reichert (2017) e sua relação com ambiente territorial municipal explorado por Paiva e Rocha (2020).

Portanto, o objetivo da presente pesquisa, é compreender o movimento populacional histórico brasileiro e gaúcho e, em particular, na Região Intermediária Ijuí. Especificamente

pretende-se fazer uma “leitura de paisagem” inicial partir de um conjunto de dados estatísticos secundários e entender o comportamento e a evolução populacional ocorrido no Brasil a partir de 1940 e na Região Intermediária Ijuí a partir de 1970.

Esta leitura de paisagem compreende o estudo da evolução da população no Brasil e nas cinco grandes regiões e, posteriormente a evolução das Regiões Intermediárias gaúchas com ênfase na Região Intermediária Ijuí (RII). A RII é uma das oito regiões intermediárias do estado do Rio Grande do Sul e uma das 134 regiões intermediárias do Brasil, criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017. Além da Região Imediata Ijuí, a RII é composta pelas regiões imediatas Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Santo Ângelo, Três de Maio e Três Passos (IBGE, 2017).

O presente artigo apresenta para além desta Introdução, a seção dos Elementos Explicativos da Evolução Populacional; Os Caminhos Metodológicos; Análise e Discussão dos Resultados - Evolução da população Residente no Brasil; As Cinco Regiões Brasileiras; A Evolução da População Residente no Brasil; A Região Sul; A Evolução da População Residente no estado do RS; A Evolução da População Residente no RS; A Região Intermediária Ijuí e por fim, as considerações finais, acompanhadas dos agradecimentos e das referências citadas no artigo.

2 ELEMENTOS EXPLICATIVOS DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A população de um dado espaço geográfico tende a ser resultante do estoque de pessoas residentes neste espaço por ocasião da sua formação ou emancipação, do comportamento da taxa de fecundidade e de mortalidade e do movimento de migração (imigração e emigração) durante um determinado período. Do ponto de vista histórico a taxa de fecundidade e de mortalidade, em territórios com as mesmas características, tem comportamento muito próximo e similar e, portanto, seu efeito sobre a população daquele território pode ser considerado constante e, assim, seus efeitos são iguais sobre a população. Diante disto, pode-se inferir que a variação da população do espaço geográfico depende basicamente dos movimentos de migração.

Assim, a análise histórica dos dados da população de uma dada região, de forma geral, permite inferir que os movimentos populacionais ajudam a explicar as mudanças nos fluxos migratórios entre diferentes espaços geográficos e que geralmente ocorrem como consequência do êxodo agrícola e/ou pela busca de oportunidades de melhoria das suas condições social e econômica.

Ao verificar o processo de urbanização brasileira, Brito (2007) afirma que esse processo serviu de pano de fundo para o fantástico movimento migratório da população e que foi parte das profundas transformações estruturais pela qual passou a sociedade e a economia brasileira. Ainda, para o autor,

[...]era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o *lócus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas também como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e estilos de vida. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, que se sobreponha ao Brasil

arcaico, gerando uma síntese singular: desenvolvimento econômico e social com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais (BRITO, 2007, p. 1).

Portanto, em busca de sua sobrevivência social, os migrantes se dirigiam para as grandes cidades, em especial para as regiões metropolitanas, onde os empregos e as ocupações se multiplicavam, devido ao desenvolvimento acelerado da economia e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade (BRITO, 2007).

Para Singer (1973), a concentração das atividades econômicas nas áreas urbanas, em detrimento das áreas rurais, contribuiu para atrair a população excedente do campo, que se deslocava para a cidade atraída pela demanda crescente por mão-de-obra industrial. O capitalismo em formação, nas palavras de Balán (1973), intensificou os deslocamentos populacionais, garantindo a constituição de um contingente de mão-de-obra livre ocupacional e geograficamente móvel de que necessita o modo de produção capitalista, acabando por refletir, desse modo, um processo de mudança de estruturas sociais. Essas transformações contribuíram para constituir um processo de fluxos migratórios de longa distância, a partir de regiões economicamente mais atrasadas em direção às regiões economicamente mais dinâmicas. Este contexto histórico do processo de industrialização e urbanização no Brasil na década de 1970 leva Martine (1980) a concluir que a mobilidade espacial da população é, ao mesmo tempo, também mobilidade social.

De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (SCP, 2019) um grande número de municípios gaúchos vem apresentando um decréscimo de população e um dos fatores que explica esse processo seria a queda da taxa de fertilidade. Em 1998 a média estadual era de 2,1 filhos por mulher e o Censo Demográfico de 2010 apontou que essa média baixou para 1,8 filhos por mulher. Dentre os fatores que contribuíram para a queda da fecundidade, o estudo cita o processo de urbanização, associado a fatores como o aumento no nível educacional, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, a disseminação de métodos contraceptivos e a melhora nas condições de saúde.

Outro fator que contribuiu para a diminuição do ritmo de crescimento da população são as migrações internas, na maior parte das vezes motivadas por fatores econômicos, com deslocamentos em direção aos municípios maiores. Dentre os municípios gaúchos, 51% apresentaram taxas negativas de crescimento populacional, em sua maioria, localizados nas regiões da Fronteira Oeste e Norte do Estado (SCP, 2019).

Jardim e Barcellos (2005) também discutem os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul e apresentam alguns elementos para explicar os fluxos populacionais observados no interior do estado: - o dinamismo do parque industrial e o aumento da concentração de comércio e serviços, que transformam algumas áreas geográficas em polos econômicos do Estado; - a expulsão populacional de fluxos migratórios, com destaque para os Coredes Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial, que apresentaram os maiores saldos negativos no cômputo entre saída e entrada de população, explicitando configurações regionais com dinâmicas econômicas deprimidas, como é o caso do Sul, ou áreas esgotadas, de produção agrícola em pequena propriedade, principalmente no norte do Estado; - as relações entre regiões do Estado sugeridas pelo sentido dos fluxos migratórios, que mantiveram nexos históricos, como o do Norte com o Vale do Sinos e com a Região Metropolitana, a relação do Sul com a Capital, bem como novos vínculos que se desenvolvem, respondendo a dinâmicas mais recentes da economia gaúcha, refletidos na atratividade das regiões da Serra.

Analisando os dados dos últimos censos, Zuanazzi (2013) mostra uma redução do fluxo migratório entre as mesorregiões do RS, mas, mesmo assim, manteve-se a tendência de deslocamento populacional das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB per capita e industrializadas (Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre). O estudo aponta ainda que as Mesorregiões Nordeste, na serra gaúcha, e a Metropolitana de Porto Alegre vêm obtendo ganho populacional devido, principalmente, às trocas realizadas com as Mesorregiões Sudoeste e Noroeste.

Por fim, é importante destacar o entendimento do IBGE (2017, p. 19-20) sobre as regiões intermediária e imediatas, consagradas na nova proposta de regionalização feita pelo Instituto em 2017, entendendo a região como

[...]uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas.

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. (IBGE, 2017, p.19-20).

Antes de olhar para os fluxos populacionais nas regiões intermediárias do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, no interior da Região Intermediária Ijuí, foco principal do presente estudo, apresenta-se na sequência informações sobre o movimento populacional em termos de Brasil, considerando as cinco macrorregiões brasileiras.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia consiste em um conjunto de caminhos que foram seguidos, de instrumentos usados para desenvolver a presente pesquisa e assim demonstrar os fluxos populacionais nas Regiões Intermediárias do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, no interior da Região Intermediária Ijuí. Desta forma, o roteiro da pesquisa segue as orientações de Fonseca (2002), que aponta, caminhos a serem percorridos, para se realização de uma investigação científica. Pode-se afirmar que essa pesquisa é aplicada, segue as orientações de Zamberlan *et al.* (2014), tendo como objetivo gerar conhecimentos para caminhos práticos, voltada para a compreensão da realidade, envolvendo os interesses locais. Conta com orientações quali-quantitativo, conforme Creswell (2010), que utiliza métodos mistos. Uma abordagem mista, segundo Leão; Mello e Vieira (2009), pode ser a chave para adentrar em pesquisas nas ciências sociais.

Creswell (2010) classifica seis tipos de estratégias de métodos mistos, sendo que este estudo utiliza a estratégia descritiva sequencial, que inicialmente, de forma preponderante adota uma coleta de dados secundários,

Desta forma entende-se que os métodos mistos, abordam tratamento de dados quantitativos e qualitativos. Gil (2017, p. 147), descreve que a etapa da pesquisa quantitativa que pode ser contextualizada da seguinte forma:

Nesta etapa procede-se à definição dos objetivos da pesquisa segundo uma perspectiva quantitativa, à seleção das amostras, à elaboração do instrumento, à coleta e à análise dos dados [...] Os resultados, por sua vez, são analisados mediante a adoção de procedimentos de estatística descritiva ou inferencial, de acordo com os propósitos da pesquisa, que pode ser descritiva ou explicativa.

Na etapa da pesquisa qualitativa Gil (2017, p. 147) “procede-se à elaboração das questões de pesquisa qualitativa, à seleção de uma amostra para ajudar a explicar os resultados quantitativos, à coleta e à análise dos dados.”

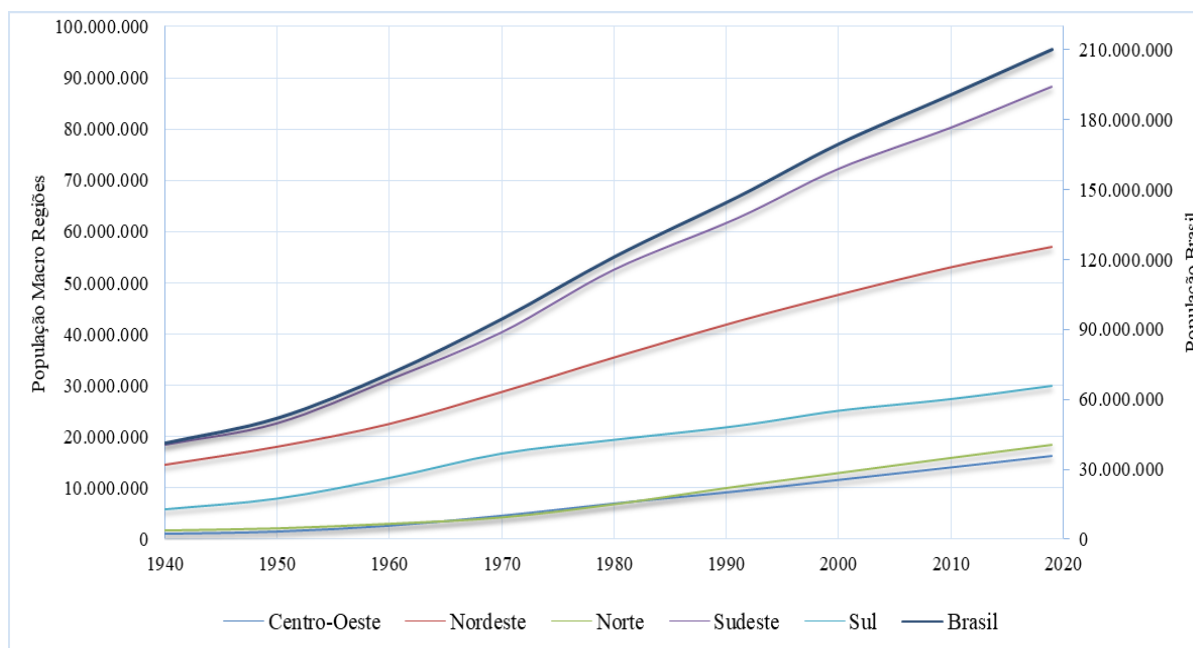
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL: UM OLHAR PARA AS CINCO REGIÕES BRASILEIRAS

A análise da evolução da população residente no Brasil, no período de 1940 a 2019 mostra um crescimento acumulado de 409,62% o que representa em taxa média anual de 2,08%, ou seja, a população residente brasileira cresceu de 41 milhões para 210 milhões de habitantes nestes 79 anos. Os dados demonstram que, entre 1950 e 1959, a população apresentou uma expansão acumulada de 36,67% e, a partir de então, a taxa de crescimento vêm sistematicamente caindo, somando uma taxa acumulada de 10,17% entre 2010 a 2019.

A análise dos dados das 5 grandes regiões brasileiras aponta para um movimento populacional diverso. Enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam taxas de crescimento muito acima da brasileira, o Nordeste e o Sudeste crescem a uma taxa inferior e o Sul com um comportamento semelhante à média do País. A figura 1 apresenta a evolução da população das regiões brasileiras no período de 1940 a 2019.

Figura 1 – Evolução da população residente nas regiões brasileiras no período de 1940 a 2019.



Fonte: "IBGE - Censo Demográfico" e IBGE - Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS - 2019

A análise dos dados demonstra que, do período de 1940, até o final dos anos 60, a taxa de crescimento da população residente é positiva e crescente em todas as regiões. Este crescimento positivo e crescente é mantido na região centro-oeste até o final da década de 70. Após observa-se que a taxa de crescimento da população, apesar de ser positiva, é decrescente em todos os períodos analisados.

Para ilustrar, a região centro-oeste, durante a década de 60 apresentou um crescimento de 74,85% e no período de 2010 a 2019 esta taxa se reduz para 15,93%. Esta região é a que apresenta a maior taxa de crescimento populacional no período de 1940 a 2019. Sua população aumentou de 1,09 milhões para 16,2 milhões de habitantes residentes o que equivale a uma taxa acumulada de 1.390,37% ou uma taxa média anual de 3,48%. A maior concentração populacional, no entanto, ocorre nas regiões Nordeste e Sudeste. Enquanto a primeira aumentou a sua população total de 14,4 milhões para 57,0 milhões (taxa média anual de 1,76%) a segunda apresentou uma elevação de 18,3 milhões para 88,3 milhões (taxa média anual de 2,01%).

O estudo da evolução da população residente mostra que o Nordeste e o Sudeste, apesar de concentrar a maior parcela da população brasileira, reduziram a sua participação no total da população. Em 1940 estas duas regiões somadas representavam 79,49% da população brasileira e, em 2019, a sua participação caiu para 69,21% e, o Nordeste foi a região que apresentou a maior redução na participação no total da população brasileira no período.

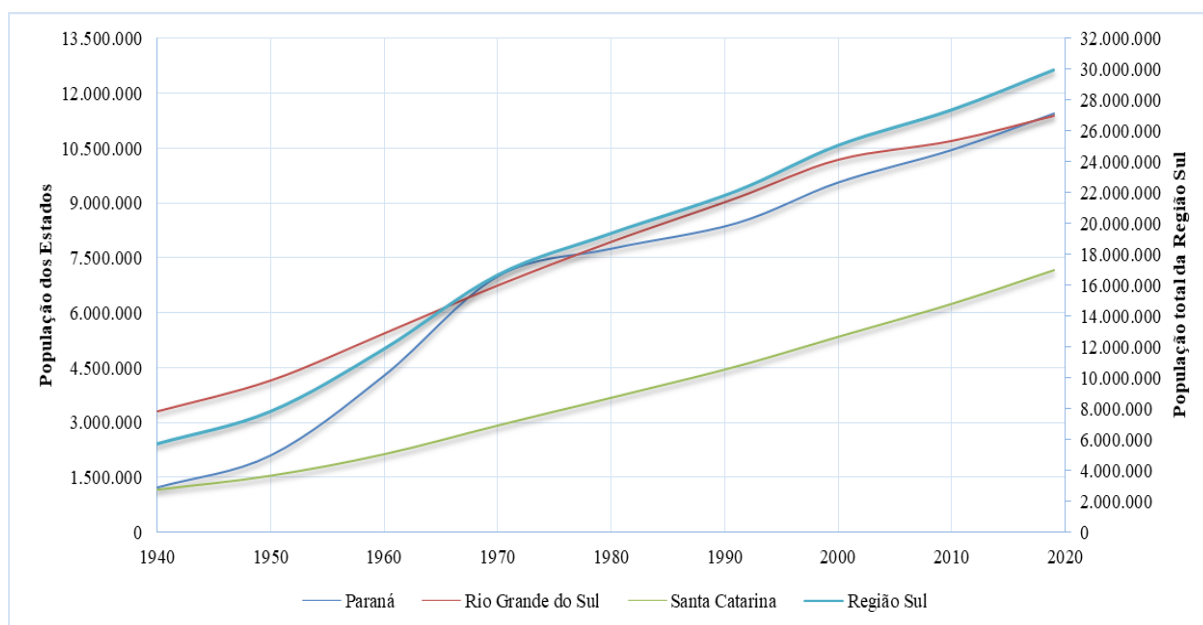
As demais regiões apresentaram uma elevação na participação da população total e, o Centro-Oeste, que em 1940 tinha 2,65% da população brasileira, em 2019 passou a ter 7,67% da população. A região Sul neste período apresentou uma taxa de crescimento média anual de 2,12% e, sua participação no total da população brasileira aumento de 13,91% em 1940 para

14,26% em 2019. A evolução da sua população, apesar de ser superior à brasileira, apresenta-se numa posição intermediária quando comparada com a evolução das demais regiões.

4.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL: UM OLHAR PARA A REGIÃO SUL

Segundo os dados do IBGE, neste no mesmo período 1940-2019, a região Sul apresentou uma taxa de crescimento de 422,66% e uma taxa média anual de 2,21% e sua população aumentou de 5,7 milhões para 29,9 milhões no período. Esta expansão relativa da população da região Sul é ligeiramente superior à observada no Brasil o que implica em uma pequena elevação da participação da população da região na população total brasileira. Em 1940 a população residente no Sul representava 13,91% e em 2019 equivale a 14,26% da população residente total no Brasil. Na figura 2 tem-se a evolução da população dos três estados que compõe a região Sul.

Figura 2 – Evolução da população residente na região Sul no período de 1940 a 2019



Fonte: "IBGE - Censo Demográfico" e IBGE - Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS - 2019

Os dados demonstram que os três estados do Sul apresentaram uma taxa de crescimento crescente no período de 1940 até o final da década de 60. Neste período o estado do Paraná (PR) apresentou um crescimento de 103,09 % na sua população enquanto que, Santa Catarina (SC) e o Rio grande de Sul (RS) apresentaram, no mesmo período, um crescimento de 37,58% e 30,83% respectivamente. A partir do início da década de 70 a taxa de crescimento populacional é positiva, mas decrescente em todos os estados da região. Considerando o período de 1940 a 2019, observa-se uma taxa crescimento acumulada de 824,87% no PR e de 508,04% e 242,62% em SC e RS.

O estudo da participação da população de cada um dos estados no total da região mostra que PR e SC apresentam um aumento na participação da população total da região Sul. Em 1940 tinham respectivamente 21,56% e 20,55% e em 2019 passaram a ter 38,14% e 23,90% da população total da região. Neste mesmo período o RS reduz sua participação no total da população de 57,90% para 37,95%.

No período estudado chama a atenção o comportamento da população do PR que de 1940 a 1970 aumentou de 1,2 milhões para 6,9 milhões com um aumento de 466,03% em três décadas se igualando à população do RS e, a partir deste ano estes dois estados passaram a ter uma evolução populacional muito próxima e em 2019 apresentam mais de 11 milhões de pessoas residentes.

4.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTES NO RS: UM OLHAR PARA AS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS GAÚCHAS

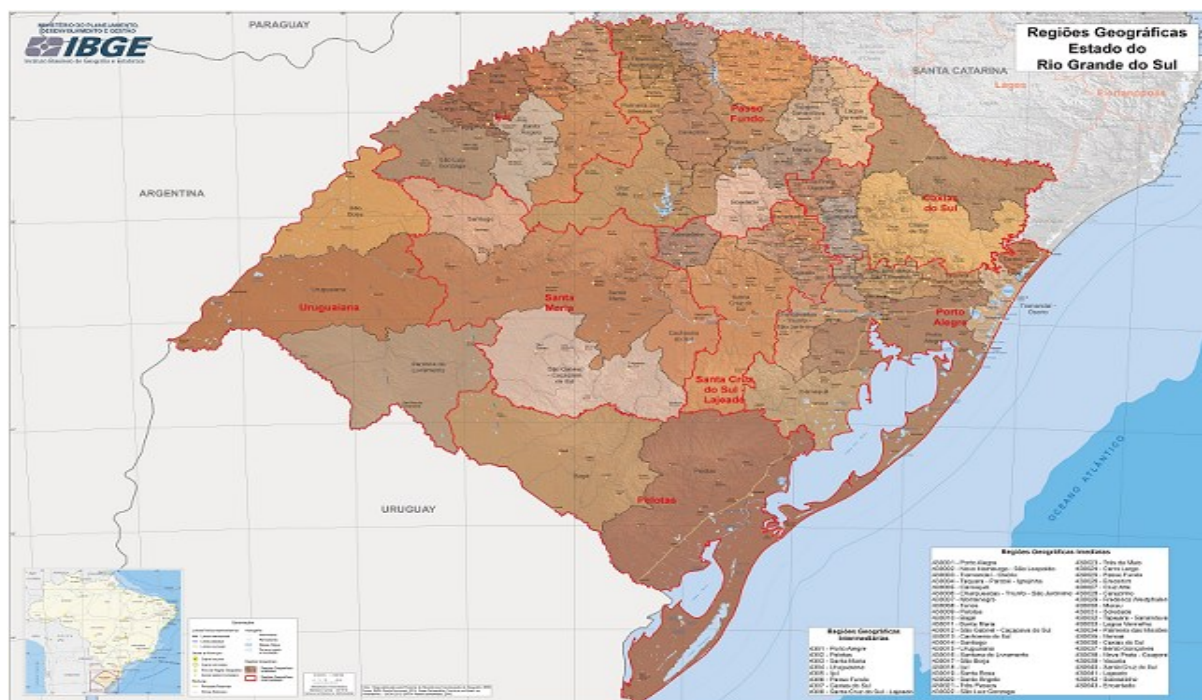
A seguir o estudo procura discutir o fluxo de pessoas residentes nas Regiões Intermediárias do Estado do RS. Tendo em vista a disponibilidade de dados por município, optou-se pela análise dos movimentos populacionais no âmbito das Regiões Intermediárias e Imediatas no período de 1970 a 2019.

Ao definir as Regiões Geográficas Intermediárias, em 2017, o IBGE determinou que elas correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Ao delimitar as Regiões Geográficas Intermediárias definiu a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Cada uma destas Regiões Intermediárias por sua vez está organizada a partir de Regiões Imediatas com seus respectivos municípios sede.

Assim, o estado do RS passou a ter 8 Regiões Intermediárias, quais sejam: Região Intermediária Ijuí (RII) com 77 municípios, organizados em 7 Regiões Imediatas; Região Intermediária Porto Alegre (RIPOA) com 90 municípios, organizados em 8 Regiões Imediatas; Região Intermediária Pelotas (RIP) com 24 municípios, organizados em 2 Regiões Imediatas; Região Intermediária Santa Maria (RISM) com 40 municípios, organizados em 4 Regiões Imediatas; Região Intermediária Uruguaiana (RIU) com 10 municípios, organizados em 3 Regiões Imediatas; Região Intermediária Passo Fundo (RIPF) com 144 municípios, organizados em 11 Regiões Imediatas; Região Intermediária Caxias do Sul (RICS) com 54 municípios, organizados em 4 Regiões Imediatas e Região Intermediária Santa Cruz do Sul (RISCs) com 58 municípios, organizados em 4 Regiões Imediatas.

A figura 3 apresenta o mapa do RS, no qual pode-se visualizar as regiões intermediárias e imediatas do estado, conforme classificação do IBGE.

Figura 3 – Regiões Intermediárias e Imediatas do RS – IBGE 2017

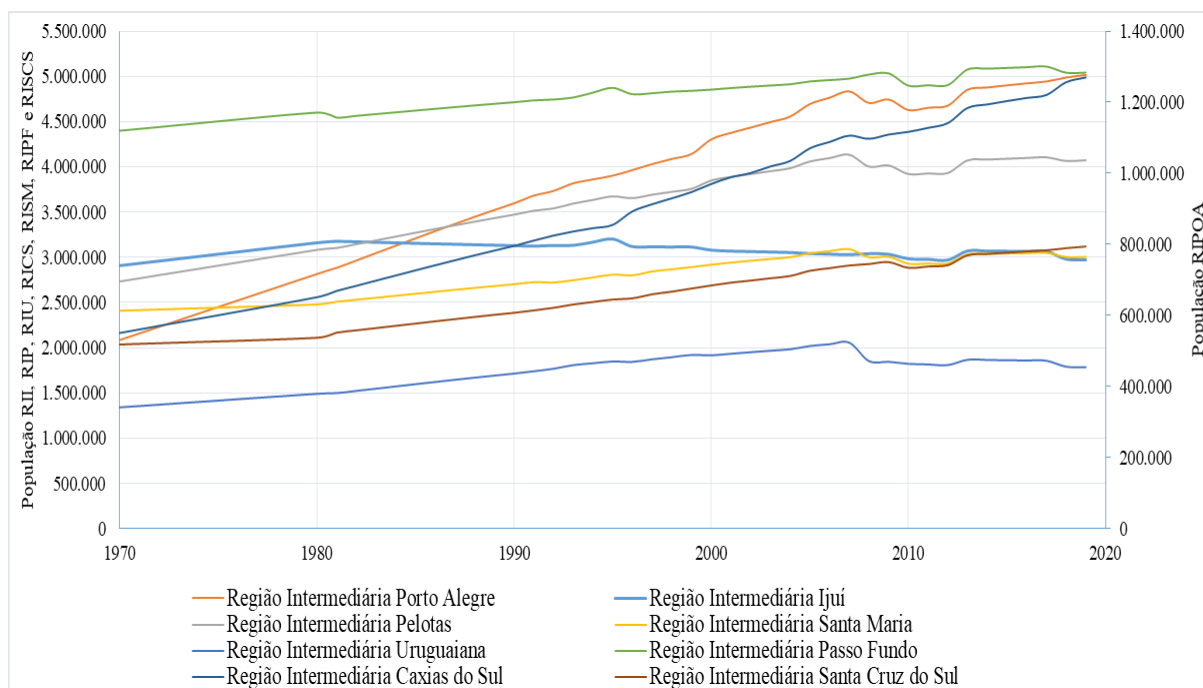


Fonte: IBGE (2017).

Segundo os dados do IBGE, o Brasil tinha 94,50 milhões de residentes em 1970 e, em 2019 uma estimativa de 210,14 milhões de pessoas. Isto representa um aumento de 115,63 milhões de residentes o que equivale a uma taxa de crescimento populacional acumulada de 122,36%. No RS observa-se, para o mesmo período, uma expansão populacional de 6,75 para 11,37 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 4,62 milhões de pessoas residentes e com uma taxa de crescimento acumulada de 68,42%, ou seja, a população gaúcha, em termos relativos, aumentou muito menos que a brasileira.

A figura 4 mostra a evolução da população residente nas 8 Regiões Intermediárias do RS.

Figura 4 – Evolução da População Residente nas Regiões Intermediárias do RS no período de 1970 a 2019.



Fonte: "IBGE - Censo Demográfico" e IBGE - Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS - 2019

Chama a atenção na figura 4 a evolução das Regiões Intermediárias Porto Alegre (RIPOA) e Caxias do Sul (RICS). Ambas apresentaram no período um crescimento muito superior ao observado no estado do RS bem como às demais Regiões Intermediárias. A RIPOA em 1970 tinha uma população residente de 2,08 milhões e em 2019 passou para 5,01 milhões de pessoas, com um incremento absoluto de mais de 2.93 milhões de pessoas. Esta variação representa uma taxa de crescimento acumulada de 140,57% com uma taxa média anual de 1,81%. Neste mesmo período, a RICS apresentou um incremento populacional de 719 mil pessoas e uma taxa de crescimento acumulada de 130,61% e uma taxa média anual de 1,72%. Em 1970 a região tinha uma população de 550 mil e em 2019 passou a ter 1,26 milhões de pessoas residentes.

Ainda chama atenção o comportamento populacional da RII, que no período estudado apresentou um incremento de apenas 16.351 pessoas na sua população total. A sua população em 1970 era de 740 mil pessoas e aumentou para 808 mil em 1981 e a partir de então a sua população foi sistematicamente diminuindo e em 2019 tem uma população total de 756 mil pessoas residentes. Fato semelhante ocorre com a RIU que apresenta crescimento populacional no período de 1970 a 2007 e após uma tendência de redução populacional mas tem um aumento absoluto de 113 mil pessoas residentes no período compreendido entre 1970 e 2019. Enquanto a RIU apresentou uma taxa de crescimento total de 33,16% no acumulado do período, a RII tem uma expansão acumulada de apenas 2,21% na sua população total.

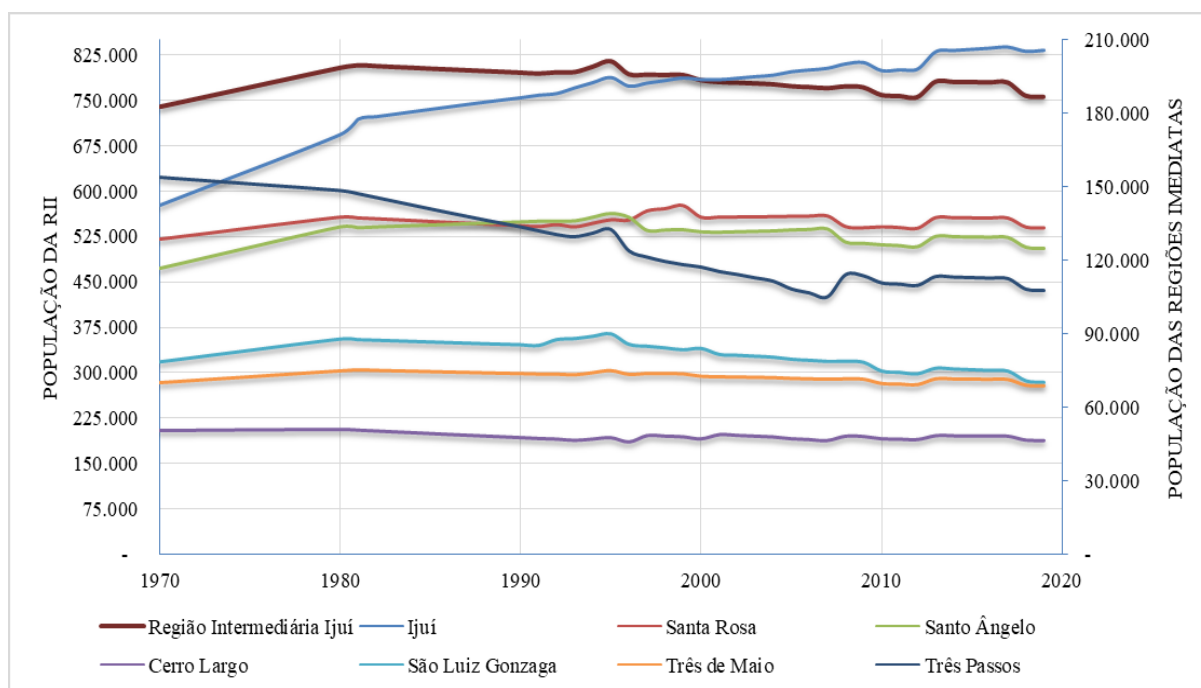
As demais regiões apresentam uma leve tendência de aumento populacional nas denominadas “Capitais Regionais” e no caso da RIPOA nas cidades no entorno de Porto Alegre, como Alvorada, Canoas, Gravataí, Viamão, Novo Hamburgo e São Leopoldo, entre outras. Nas demais Regiões Intermediárias percebe-se que a concentração maior é nas cidades com

atividade industrial mais intensa ou então que oferecem de forma mais intensiva serviços associados à educação e à saúde.

4.4 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RS: UM OLHAR PARA A REGIÃO INTERMEDIÁRIA IJUI

A RII contempla uma área total de 27 525,624 km² e 77 municípios, organizados em 7 Regiões Imediatas (RI) quais sejam: Região Imediata de Ijuí (RIIJ), composta por 16 municípios; Região Imediata de Santa Rosa (RISR) com 12 municípios; Região Imediata de Santo Ângelo (RISA) com 8 municípios; Região Imediata de Três Passos (RITP) com 16 municípios; Região Imediata de São Luiz Gonzaga (RISLG) com 9 municípios; Região Imediata de Três de Maio (RITM) com 8 municípios e; Região Imediata de Cerro Largo (RICL) com 8 municípios. A figura 5 apresenta a evolução da população em cada uma das 7 regiões imediatas que compõem a RII.

Figura 5 - Evolução da população residente nas Regiões Imediatas da RII, no período de 1970 a 2019.



Fonte: "IBGE - Censo Demográfico" e IBGE - Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS - 2019

Da figura 5 pode-se destacar três aspectos: a redução da população na RITP; o crescimento da população na RIIJ; e o comportamento populacional das demais Regiões Imediatas. Uma análise geral dos dados populacionais demonstra que as Regiões imediatas de Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo foram as únicas a apresentar uma evolução positiva durante o período e as demais apresentaram uma evolução negativa.

De acordo com os dados da figura 5, a RITP é a que apresenta a maior redução relativa e absoluta de sua população. É também a única região imediata em análise que já na década de 70 apresentou queda na sua população. Em 1970 haviam 153.730 residentes na região e em 2019 a população era de apenas 107.721. Esta variação equivale a uma redução relativa de 29,93%, correspondendo a menos 46.009 pessoas residentes.

A análise da evolução da população residente dos 16 municípios da RITP, no período de 1970 a 2019, mostra que apenas o município de Redentora apresentou um crescimento populacional, mas de apenas 6 pessoas durante todo o período. Este município apresentou redução da população residente de 1970 até 2008 e, a partir deste ano, observa-se um pequeno crescimento anual em sua população total. Tal fato ocorre em função da implantação, a partir de 2007, de um frigorífico, cuja localização física está no município de Miraguaí, no entanto próximo a um distrito de Redentora e boa parte dos trabalhadores passaram a residir neste distrito. Em 2015 o frigorífico ampliou suas atividades com a implantação de uma fábrica de rações.

Desta região, chama atenção o comportamento da população residente de Três Passos, que é o município sede da região imediata, bem como do município de Tenente Portela. Três Passos apresentou uma redução absoluta de 19.322 pessoas e Tenente Portela uma redução de 20.742 pessoas residentes durante o período estudado, o que equivale a uma redução de 44,70% e 60,60% respectivamente.

As regiões imediatas de São Luiz Gonzaga, Cerro Largo e Três de Maio também apresentam, para o período, uma redução na população residente. Esta redução é em valores absolutos igual a 8.536, 3.992 e 1.254 pessoas ou então uma redução relativa de 10,87%, 7,93% e 1,79% respectivamente. Durante este período e considerando as RISLG, RITM e RICL, apenas o município de São Pedro do Butiá apresentou um aumento na população residente, porém o aumento foi de apenas 78 pessoas e todos os demais municípios apresentam redução na sua população durante o período.

Importante destacar que, durante o período, os municípios sede destas três regiões imediatas apresentaram redução de sua população residente. Enquanto São Luiz Gonzaga, que em 1970 tinha uma população residente estimada de 41.061 pessoas, apresenta uma redução de 18,49%, Cerro Largo e Três de Maio apresentaram uma redução de 21,49% e 23,78% respectivamente. No caso de Cerro Largo cabe destacar que sua população total diminuiu de 1970 até 2009 e, a partir de então apresenta uma leve tendência de aumento. Vale lembrar, que esta data (2009) coincide com a implantação no município de um Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A RISA composta por 8 municípios apresenta um pequeno crescimento na sua população que, em termos absolutos, é de 8.186 pessoas residentes e que representa uma taxa de crescimento total de 7,02%. De 1970 a 1980 houve uma expansão da população igual a 13.970 e até 1996 percebe-se que a população continua a crescer, no entanto após este período a tendência é de redução da sua população residente. Em todo o período apenas o município de São Miguel das Missões tem uma variação positiva na população total residente, no entanto o crescimento é de apenas 262 pessoas. Santo Ângelo, município sede da região imediata, em 1970 tinha uma população total residente de 80.754 e que aumentou para 93.667 pessoas em 1980 e, em 2019 passou a ter uma população de 77.593 pessoas o que equivale a uma redução de 3,91%. Neste período e considerando todos os municípios da RISA, o município de Giruá é

o que apresenta a maior redução absoluta e relativa em sua população com uma queda de 9.421 pessoas e uma população estimada de 16.004 em 2019. Esta redução representa uma taxa de crescimento negativa de 37,05%.

A RISR na qual estão 12 municípios e cuja sede é Santa Rosa, apresentou para o período de 1970 a 2019 um crescimento de 3,70% na sua população total o que equivale ao aumento de 4.754 pessoas residentes e, em 2019 tem uma população total estimada de 133.218 residentes. Nesta região imediata, apenas o município de Santa Rosa apresentou para o período, um aumento na sua população total. Este município em 1970 tinha uma população de 39.550 e em 2019 passou a ter 73.254 residentes com um aumento absoluto de 33.704 ou então 85,22% no número de pessoas residentes. Por outro lado, os municípios de Tucunduva, Alecrim e Porto Lucena são os que apresentam as maiores reduções em sua população total, com reduções acima de 61,00% no número de residentes.

A RIIJ composta por 16 municípios é a que tem o maior crescimento populacional dentre as RI. Esta região imediata em 1970 tinha uma população total de 142.389 pessoas com aumento para 171.212 em 1980 e, em 2019, passou para um total de 205.591 pessoas residentes. Esta variação representa um aumento absoluto de 63.202 pessoas o que equivale a uma elevação de 44,39% em sua população total residente para o período em estudo. Neste período sete municípios apresentaram aumento na população total e os demais demonstram queda nos residentes. Dentre estes, o município de Ajuricaba apresenta a maior queda na população com uma redução de 4.625 pessoas, ou seja, 39,70% em sua população total e em 2019 tem uma população estimada de 7.024 pessoas residentes.

Nesta região imediata os municípios de Ijuí e Panambi, além de serem os que concentram a maior parte da população, também são os que apresentaram os maiores crescimentos populacionais. Panambi em 1970 tinha uma população de 16.193 pessoas e em 2019 passou a ter uma população total de 43.667 pessoas, o que representa um crescimento absoluto de 27.474 residentes e uma taxa de crescimento populacional de 169,67% para o período. No município de Ijuí, para o mesmo período, a população aumentou de 52.738 em 1970 para 83.475 pessoas residentes em 2019, o que equivale a um aumento populacional de 30.737 pessoas e uma taxa de crescimento total de 58,28% para todo o período.

Considerando a evolução da população da RII e de suas regiões imediatas e respectivos municípios, percebe-se que desde o início da década de 80 a região intermediária tem diminuído a sua população total, o que implica na perda de população para outras regiões mais dinâmicas no processo de desenvolvimento. Dentre as regiões imediatas apenas a RIIJ, RISR e a RISA tem demonstrado acréscimos na sua população total. Mas, na RISR e RISA a tendência é de que este processo cesse e seja substituído por uma redução na sua população total, haja visto uma constante redução no contingente de pessoas residentes. O comportamento desta região é sustentado pela evolução populacional no município de Santa Rosa que tem demonstrado uma expansão significativa na sua população. No período em análise tem uma taxa acumulada de 85,22%, o que representa uma taxa média anual de 1,27%.

Estes dados mostram que a RIIJ é a mais dinâmica da região intermediária em termos de movimento populacional e, de acordo com a sua linha de tendência, a única que pode ainda apresentar um crescimento positivo. Este crescimento positivo é sustentado pela evolução na população do município de Ijuí e Panambi. Estes dois municípios têm taxa de crescimento

média anual de 0,94% e 2,05% respectivamente, enquanto que a RII como um todo tem uma taxa média anual de crescimento de 0,75%.

Os municípios de Santa Rosa e de Panambi apresentam uma atividade produtiva fortemente influenciada pela atividade agroindustrial. Em Ijuí a atividade industrial também é importante, mas igualmente tem uma atividade fortemente centrada em serviços ligados à saúde e à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre os movimentos populacionais no Brasil e das Regiões intermediárias do estado do Rio Grande do Sul, demonstram claramente um fluxo de residentes em direção às metrópoles, para as regiões mais urbanizadas, com mais alternativas de emprego e de renda. A análise permite inferir que espaços geográficos mais pobres, com problemas climáticos e dependentes da primária, principalmente da agricultura familiar, tendem a perder população para centros maiores e com atividades produtivas mais dinâmicas. O estudo permite elencar alguns elementos explicativos e que necessitam ser ampliados por futuras pesquisas.

Os dados relativos à fecundidade e mortalidade, ou ainda a taxa de natalidade e mortalidade, apesar de influenciarem o comportamento populacional como um todo, quando isolados para espacialidades menores e com as mesmas características, por exemplo, numa determinada região intermediária, geralmente são muito próximos quando considerados os municípios que compõem tal região. Portanto, apesar de serem importantes, tendem a produzir os mesmos efeitos sobre o comportamento populacional e podem ser considerados como uma constante.

Outro elemento a ser considerado, está associado ao processo de modernização da agricultura e à expansão da fronteira agrícola, ocorrida durante o período no Paraná e Centro-Oeste e mais recentemente no Norte brasileiro. Este processo, ao mesmo tempo em que diminui a população pelo processo de emigração em algumas regiões, aumenta a população em outras espacialidades pelo processo de imigração. Aliado a este processo, temos ainda, o movimento populacional resultante do êxodo urbano em direção às cidades e metrópoles pela simples busca de emprego e renda.

Estes fenômenos, a modernização da agricultura e à expansão da fronteira agrícola, são responsáveis pela criação de cidades e de certa forma, pelo processo de urbanização, e a definição de polos regionais que passaram a concentrar grandes contingentes populacionais. De outra parte, tem-se ainda um conjunto de políticas públicas que privilegiaram determinadas espacialidades, concentrando atividades produtivas, emprego e renda.

Portanto, o conjunto dos elementos são fundamentais para explicar, de forma geral, os movimentos populacionais brasileiros e, portanto, também podem ser utilizados para entender a constituição populacional da RII. A análise dos seus dados deixa claro o impacto do processo de modernização da agricultura e urbanização observado. Municípios dependentes da pequena agricultura familiar, especialmente de minifúndios, durante o período analisado, apresentaram uma significativa redução em sua população. Tal fato pode ser confirmado pela tendência de redução da população em praticamente a totalidade das suas regiões imediatas.

Por fim, a pesquisa evidencia que apenas três municípios apresentam tendência de aumento populacional: Ijuí, Panambi e Santa Rosa. Tal comportamento pode ser explicado pelas atividades produtivas que são desenvolvidas nestes municípios. Panambi e Santa Rosa tem a sua atividade produtiva baseada na indústria (agroindústria), enquanto que Ijuí, apesar de ter uma atividade industrial importante, tem investimentos significativos em duas atividades associadas aos serviços: a saúde e a Educação.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior BRASIL (CAPES) – Código de Financiamento 001. CNPq – Pesquisador Produtividade.

FAPERGS - Programa Pesquisador Gaúcho, no Projeto Pesquisa sobre Patrimônio Territorial - ProPAT/Gaúcho.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul**. Campinas São Paulo/SP. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. 2018.

BALÁN, J. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaio de interpretação histórica comparativa. Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

BRITO, F. Deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados**, v. 20. n. 57. São Paulo. Maio/ago. 2007

BRITO, F. Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: Um breve ensaio além dos números. In: **Taller Nacional sobre Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas** 30 de abril 2007, Brasília, Brasil. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/courses/files/fbrito.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FEE. **Censo Demográfico: população 1970**. Disponível me: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/> Acesso em: jan. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. **Mapa regiões intermediárias**. Disponível em: <http://www.iguali.com.br/noticia/105/IBGE-divulga-novas-Divises-Regionais-do-Brasil> Acesso em: fev. 2022.

FEE. **Censo Demográfico**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: jan. 2022.

FEE. **Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads> Acesso em: fev.2022.

JARDIM, M.L.; BARCELLOS, T. M. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Coredes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n. esp., p. 143-170, maio 2005.

JUSTO, W.R. Migração para e da Região Metropolitana do Cariri nas últimas duas décadas. **Revista Eletrônica E-Metropolis**, a. 6, n. 22, p.26-36, set. 2015.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n. 10, 2009.

MARION FILHO, P. J.; REICHERT, H. Transição demográfica no Rio Grande do Sul: um processo desafiador. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 1, p. 196-213, 12 maio 2017.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MARZULO, E. P.; HECK, M. A.; FILIPPI, E. E. Desigualdades socioeconômicas no Brasil: dinâmicas territoriais no urbano e no rural. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1377-1402, 11 dez. 2020.

MOURA, H. A.; TEIXEIRA P. Tendências recentes do crescimento populacional. **Revista Estudos Avançados**, v.11, n. 29, p.95-116, jan./abr. 1997.

OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, Oct./Dec. 2005

PAIVA, C. A. N.; ROCHA, A. L. Análise e planejamento municipal aplicado: um exercício para o caso de Palmeira das Missões/RS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 562-589, 1 jun. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCP. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS. Secretaria da Coordenação e Planejamento - SCP, 1998. 4 ed. Data de atualização: 15 fev. 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/crescimento-populacional>. Acesso em: mar. 2022.

SOBREIRA, D. P. **A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos**: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP. Campinas, SP, 2007.

ZAMBERLAN, Luciano *et al.* **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014

ZUANAZZI, P. T. Mudanças nos fluxos migratórios entre as mesorregiões do RS. In: **Carta de conjuntura da FEE**, a. 22, n. 12, 2013. FEE, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/mudancas-nos-fluxos-migratorios-entre-as-mesorregioes-do-rs/> Acesso em: mar. 2022.